celebrado Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado a 16 de Maio de 2011, com a candidata classificada em 1.º lugar — Catarina Maria Soares Bastos Pinho, tendo a mesma sido posicionada na 1.ª Posição Remuneratória e Nível Remuneratório 5 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, correspondente à remuneração de seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos, iniciando-se também na mesma data o período experimental de 180 dias.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.os 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

24 de Junho de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304858254

Aviso n.º 13968/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 13/05/2011, e na sequência do Concurso externo de ingresso, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 248 de 21 de Dezembro de 2010, para recrutamento de um técnico de informática-adjunto nível 1 (carreiras não revistas) foi celebrado Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado a 16 de Maio de 2011, com o candidato classificado em 1.º lugar — Júlio Pacheco Gomes, tendo o mesmo sido posicionado no índice 189, correspondente à remuneração de seiscentos e quarenta e oito euros e oitenta cêntimos, iniciando-se também na mesma data o período de estágio de 180 dias.

O Júri de acompanhamento do período de estágio é o mesmo do concurso externo.

24 de Junho de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304858384

Aviso n.º 13969/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 13/05/2011, e na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 245 de 21 de Dezembro de 2010, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira de Assistente Técnico — Área de Ambiente, Acessibilidade, Mobilidade, Equipamentos e Materiais, foi celebrado Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado a 16 de Maio de 2011, com a candidata classificada em 1.º lugar — Filomena Figueiredo Antunes, tendo a mesma sido posicionada na 1.ª Posição Remuneratória e Nível Remuneratório 5 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, correspondente à remuneração de seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos, iniciando-se também na mesma data o período experimental de 180 dias.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.os 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

24 de Junho de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304851255

Aviso n.º 13970/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 13/05/2011, e na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 245 de 21 de Dezembro de 2010, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira de Assistente Técnico — Área de Cultura e Comunicação, foi celebrado Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado a 16 de Maio de 2011, com a candidata classificada em 1.º lugar — Maria de Lurdes Pinto, tendo a mesma sido posicionada na 1.ª Posição Remuneratória e Nível Remuneratório 5 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, correspondente à remuneração de seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos, iniciando-se também na mesma data o período experimental de 180 dias.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.os 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

24 de Junho de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304852284

Aviso n.º 13971/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 13/05/2011, e na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 245 de 21 de Dezembro de 2010, para preenchimento de três postos de trabalho na carreira de Assistente Técnico — Área de Obras Particulares, Planeamento, Urbanismo e Equipamentos Públicos, foram celebrados contratos de trabalho por tempo indeterminado a 16 de Maio de 2011, com os candidatos classificados em 1.º lugar (Procedimentos A1,A2 e A3)-Paula Cristina da Cruz Morgado Costa, Maria Conceição Correia Alves e João Paulo Lages dos Santos respectivamente, tendo os mesmos sido posicionados na 1.ª Posição Remuneratória e Nível Remuneratório 5 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, correspondente à remuneração de seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos, iniciando-se também na mesma data o período experimental de 180 dias, ficando resolvidos naquela data os contratos de trabalho a Termo Resolutivo Certo, na categoria de Assistente Técnico que anteriormente vigorava entre este Município e os referidos candidatos.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.os 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

24 de Junho de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304846063

MUNICÍPIO DE TRANCOSO

Aviso n.º 13972/2011

Para efeitos do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, torna-se público que por meu despacho de 22 de Junho de 2011, no uso da competência que me confere o n.º 2, al. a), do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e na sequência do Procedimento Concursal Comum, para recrutamento de três assistentes operacionais (área de actividade: coveiro) na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 802/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 5 de 7 de Janeiro, vai ser celebrado contrato de trabalho com José Mário Clara Simão, Guilherme Lopes dos Santos e Fernando Lourenço dos Santos, com efeitos a 1 de Julho de 2011, para a categoria de assistente operacional, da carreira de assistente operacional, com a remuneração correspondente à 1.ª Posição remuneratória e ao nível 1 da tabela remuneratória única, no montante de 485€.

Nos termos da alínea a) do artigo 76.º do RCTFP, terá lugar o respectivo período experimental, sendo igualmente aplicável a este período, o previsto nos n.º(s) 2 e 3, do artigo 73.º do mesmo Diploma, aprovado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugados com o n.º 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

22 de Junho de 2011. — O Presidente da Câmara, *Júlio José Saraiva Sarmento*.

304859137

MUNICÍPIO DE VILA FLOR

Aviso (extracto) n.º 13973/2011

Celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado

Para dar cumprimento ao estabelecido na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, torna-se público que esta Câmara Municipal, precedendo concurso, celebrou contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com início em 1 de Junho de 2011, com Maria de Fátima Hortelão dos Santos, com a categoria e carreira de Assistente Operacional, posicionada na 2.ª posição remuneratória da categoria e posicionada no 2.ª nível da tabela remuneratória única, a que corresponde um vencimento ilíquido de 532,08 euros, para desempenhar funções correspondentes à categoria no Agrupamento de Escolas de Vila Flor/ Escola EB 2,3/S de Vila Flor. Para os efeitos previstos nos no n.º 2 e n.º 3 do artigo 73.º do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2009, de 11/09, conjugados o n.º 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, por meu despacho de 24 de Junho de 2011 nomeei para júri do período experimental os seguintes membros: Presi-